

Sumário Executivo de Medida Provisória

Medida Provisória nº 1.305, de 2025.

Publicação: DOU de 14 de julho de 2025.

Ementa: Dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro.

Resumo das Disposições

A Medida Provisória (MPV) nº 1.305, de 14 de julho de 2025, é composta por cinco artigos, sendo que o art. 1º estabelece o objeto da norma, que é a isenção da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro. O art. 2º detalha a abrangência da isenção e define o prazo de sua aplicação, limitado a cinco anos. O art. 3º atribui ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) a responsabilidade pelo acompanhamento da medida. O art. 4º altera o art. 8º da Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, estabelecendo que a verificação periódica do taxímetro, anteriormente anual, passará a ser realizada a cada dois anos pelo órgão metrológico competente. É mantida a obrigatoriedade do uso de taxímetro em municípios com mais de 50 mil habitantes. O art. 5º determina a vigência da Medida Provisória na data de sua publicação.

O objetivo da MPV é conceder isenção da taxa federal de verificação inicial e subsequente de taxímetro, atualmente fixada em R\$ 52,18, com o intuito de reduzir os custos operacionais da atividade de taxista e preservar a viabilidade econômica do serviço. A cobrança recaía tanto sobre a aquisição do

equipamento quanto sobre as medições periódicas obrigatórias, exigidas como instrumento de controle metrológico.

A desoneração aplica-se por cinco anos e busca atender a uma demanda histórica da categoria, sem comprometer a confiabilidade dos instrumentos de medição utilizados na atividade. Além disso, a despeito da isenção, a obrigatoriedade das verificações técnicas previstas na legislação permanece inalterada, assegurando o cumprimento do controle metrológico legal, a proteção do consumidor e o atendimento ao interesse público.

O Executivo afirma ainda, na Exposição de Motivos (EM) nº 00011/2025 MDIC, que “a relevância e urgência dessa Medida Provisória justificam-se por sua contribuição à sustentabilidade do serviço de táxi, impactando positivamente a viabilidade econômica da atividade por meio da redução de custos operacionais, assegurando à população o acesso a um meio de transporte regulamentado, seguro e acessível.”

A desoneração tributária acarretará renúncia de receita, que será compensada, nos termos da EM nº 00011/2025 MDIC, com medidas tributárias de aumento de receita propostas, relativas ao aumento de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e de tributos pagos por entidades privadas de apostas de quota fixa, constantes na Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025. No decorrer dos exercícios futuros, a renúncia será prevista nos projetos de lei orçamentária, nos termos do art. 14, I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O período destinado à apresentação de emendas compreende os dias 14 de julho a 4 de agosto de 2025.



Por fim, seguem duas tabelas, sendo a primeira com os principais elementos da MPV nº 1.305, de 2025, organizada por tópicos, e a segunda uma comparação do antes e depois:

Tabela 1 – Elementos da MPV nº 1.305, de 2025

Item	Conteúdo
Número e Data	MPV nº 1.305, de 14 de julho de 2025.
Objetivo	Isentar a taxa federal de verificação inicial e subsequente de taxímetro (atualmente em R\$ 52,18).
Abrangência da Isenção	Verificação inicial e periódica de taxímetros por 5 anos.
Justificativa	Reduzir custos da atividade de taxista e preservar sua viabilidade econômica.
Responsável pelo Acompanhamento	INMETRO.
Manutenção das Obrigações Técnicas	Verificações permanecem obrigatórias para garantir o controle metrológico e proteção do consumidor.
Alteração Legislativa	O art. 4º da MPV altera o art. 8º da Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, estabelecendo que a verificação periódica do taxímetro, anteriormente anual, passará a ser realizada a cada dois anos pelo órgão metrológico competente, mantida a obrigatoriedade do uso do equipamento em municípios com mais de 50 mil habitantes.
Vigência	A partir da data de publicação.
Fundamento constitucional de relevância e urgência	Assegurar sustentabilidade do serviço de táxi como transporte seguro e regulamentado (EM nº 00011/2025 – MDIC).
Compensação da Renúncia de Receita	Aumento da CSLL e de tributos sobre apostas de quota fixa (MPV nº 1.303/2025).
Previsão Orçamentária Futura	Art. 14, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

Fonte: Elaboração própria.



Tabela 2 – Comparação do ordenamento jurídico anterior e posterior à MPV nº 1.305, de 2025

Aspecto	Antes da MPV nº 1.305/2025	Depois da MPV nº 1.305/2025
Periodicidade da verificação técnica	Obrigatória anualmente.	Obrigatória a cada dois anos, mesmo com isenção da taxa.
Impacto financeiro para o taxista	Custo de R\$ 52,18 por ano com verificações obrigatórias.	Redução desse custo a zero por 5 anos e pela metade posteriormente.

Fonte: Elaboração própria.

Brasília, 18 de julho de 2025.

Hilba Soares Reis
Consultora Legislativa

Ivan Moraes Ribeiro
Consultor Legislativo

